



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Proposta de Lei n.º 109/XV/2.^a
Aprova o Orçamento do Estado para 2024

Proposta de Alteração

TÍTULO I

Disposições gerais

CAPÍTULO VII

Operações ativas, regularizações e garantias

Artigo 86.º

Antecipação de fundos europeus e encerramento do PT2020

- 1 - [...]
- 2 - [...]
- 3 - [...]
- 4 - [...]
- 5 - [...]
- 6 - [...]
- 7 - [...]
- 8 - O Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P. (IFAP, I. P.), fica autorizado a recorrer a operações específicas do tesouro para financiar a aquisição de mercadorias decorrentes da intervenção no mercado agrícola sob a forma de armazenagem pública e para aquisição pública de factores de produção, designadamente adubos e fertilizantes, produtos fitofarmacêuticos, rações e componentes para rações, a fornecer, a preço controlado, aos pequenos e médios agricultores e produtores pecuários, até ao montante de € 50 000 000,00.
- 9 - [...]

Assembleia da República, 10 de novembro de 2022

Os Deputados,

João Dias; Paula Santos; Bruno Dias; Alma Rivera; Alfredo Maia; Duarte Alves

Nota justificativa:

Os agricultores portugueses, designadamente os pequenos e médios agricultores e produtores pecuários, atravessam um largo conjunto de dificuldades que se têm vindo a agravar nos últimos anos, estando confrontados com o continuado acentuado aumento dos custos dos fatores de produção, assente numa lógica especulativa, com grande relevância não apenas para os custos da energia e dos combustíveis, mas também para adubos e corretivos do solo, que apresentou, em 2022, um custo 149% superior ao valor médio registado em 2021, ou para a alimentação para os animais cujo custo ao produtor foi 40% mais elevado em 2022 do que em 2021.

Ao aumento especulativo dos preços dos factores de produção, vêm adicionar-se os problemas resultantes das cada vez mais frequentes situações de seca que o país tem atravessado, das intempéries, e de outros factores abióticos, de que são exemplo os incêndios rurais, que se têm traduzido na falta de forragens e componentes de rações, capaz de suprir as necessidades para alimentação animal, em cenários adversos.

Nestes cenários, o acesso aos factores de produção tem ficado dependente da especulação externa e interna que se regista nas situações de carência, que penaliza de forma mais vincada os pequenos e médios produtores nacionais, que continuamente perdem rendimentos uma vez que o aumento dos custos para produzir é muito superior ao aumento dos preços pagos aos produtores pelos seus produtos.

Tendo em conta a importância estratégica da produção nacional, em particular a pequena e média produção, elemento fundamental para manter os territórios rurais ocupados e contribuinte para que não se agrave ainda mais o desequilíbrio da balança alimentar nacional, é imperativo que se encontre resposta para os problemas referidos, combatendo a especulação de preços a que os pequenos e médios produtores têm vindo a estar sujeitos.

Neste âmbito, é fundamental que se garanta um aprovisionamento público de factores de produção agrícola e pecuária, capaz de suprir, em condições justas e a custo controlado para os pequenos e médios produtores, uma parte significativa destas necessidades.

Assim, o PCP propõe o alargamento do valor e do âmbito da autorização para recorrer a operações específicas do tesouro para financiar a aquisição de factores de produção e sua disponibilização a custo controlado aos pequenos e médios agricultores e produtores nacionais, combatendo as situações de aumento especulativo de preços a que estes têm estado sujeitos.